

N. F. Nº - 178891.0132/21-0
NOTIFICADO - RP MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA
NOTIFICANTE - NELSON LIMA GARCEZ MONTENEGRO
ORIGEM - SAT/DAT METRO/IFMT METRO
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 31.03.2022

6ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0065-06/22NF-VD

EMENTA: MULTA. FALTA DE EMISSÃO DE MDF-e. Alegações defensivas elidem a presunção de legitimidade da autuação fiscal. Conforme legislação vigente, no presente caso, a responsabilidade pela emissão do MDF-e é do destinatário das mercadorias. Infração insubsistente. Instância única. Notificação Fiscal **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

A Notificação Fiscal em epígrafe, lavrada em 28/07/2021, exige do Notificado MULTA no valor de R\$1.380,00, em decorrência do cometimento da seguinte infração:

Infração 01 – 60.02.13: deixou o contribuinte ou prestador de serviços de transportes de emitir o Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais – MDF-e – modelo 58, antes da ocorrência do fato gerador.

Enquadramento Legal: Ajuste SINIEF 21/10, recepcionado no RICMS aprovado pelo Decreto nº 13.780/2012, através do art. 170-A. Tipificação da Multa: inciso XII-B do art. 42 da Lei 7.014/96.

Inicialmente, cumpre sublinhar que o presente relatório atende às premissas estatuídas no inciso II do art. 164 do RPAF-BA/99, sobretudo quanto à adoção dos critérios da relevância dos fatos e da síntese dos pronunciamentos dos integrantes processuais.

O Notificado apresenta peça defensiva, por meio de advogado (fls. 22/42), reproduzindo inicialmente o conteúdo da acusação fiscal, para em seguida afirmar que o frete das mercadorias se deu por conta do destinatário, inexistindo imposição à Impugnante, concernente à emissão do MDF-e.

Citando o disposto no §1º do art. 170-A do Dec. nº 13.780/12, para embasar sua alegação de que a responsabilidade da emissão do MDF-e é do Contribuinte que, de forma direta ou indireta, efetuou o transporte da mercadoria vendida.

Finaliza a peça defensiva, requerendo o reconhecimento da improcedência do lançamento, por carência de amparo legal, ou subsidiariamente, que seja acolhido o pedido de cancelamento ou redução da penalidade aplicada.

Protesta, ainda, pela produção de prova documental, com base nos anexos da defesa, assim como pela produção, em contraprova, de prova documental e pericial. Ressaltando o reconhecimento da suspensão da exigibilidade de todo o crédito tributário.

Cabe registrar que não consta nos autos Informação Fiscal.

Distribuído o Processo Administrativo Fiscal - PAF para esta Junta, fiquei incumbido de apreciá-lo. Entendo como satisfatórios para formação do meu convencimento os elementos presentes nos autos, estando o PAF devidamente instruído.

É o Relatório

VOTO

A Notificação Fiscal em lide exige do Notificado MULTA no valor de R\$1.380,00, e é composta de 01 (uma) infração detalhadamente exposta no Relatório acima, o qual é parte integrante e inseparável deste Acórdão.

A acusação fiscal trata da falta de emissão do Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais – MDF-e – modelo 58, antes da ocorrência do fato gerador, qual seja, trânsito de mercadorias (componentes elétricos), acobertadas pelo DANFE nº 57.155 (fl. 03).

Inicialmente, cumpre destacar que a defesa foi ofertada dentro do prazo regulamentar, não se identificando problemas de intempestividade. O lançamento de ofício e o processo administrativo fiscal dele decorrente estão revestidos das formalidades legais e não estão incursos em quaisquer das hipóteses do artigo 18 do RPAF-BA/99, para se determinar a nulidade do presente lançamento. Reverenciados o exercício do contraditório e da ampla defesa, sem arranjo aos demais princípios aplicáveis ao processo administrativo tributário.

Na presente Notificação Fiscal, foram indicados de forma compreensível os dispositivos infringidos e a multa aplicada, relativamente à irregularidade apurada, e não foi constatada violação ao devido processo legal.

Em síntese, o sujeito passivo afirma que o frete das mercadorias se deu por conta do destinatário, inexistindo imposição à Impugnante, citando o disposto no §1º do art. 170-A do Dec. nº 13.780/12, para embasar sua alegação de que a responsabilidade da emissão do MDF-e é do Contribuinte que, de forma direta ou indireta, efetuou o transporte da mercadoria vendida.

Finaliza a peça defensiva, requerendo o reconhecimento da improcedência do lançamento, por carência de amparo legal, ou subsidiariamente, que seja acolhido o pedido de cancelamento ou redução da penalidade aplicada.

Compulsando os documentos constantes dos autos, constato que o frete relativo ao transporte das mercadorias acobertadas pelo DANFE nº 57.155, emitido em 28/07/2021, pela empresa RP MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA, teve como responsável o destinatário, a empresa YORK – FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO, CNPJ 33.842.871/0001-53, situada no município de São Paulo (fl. 05).

Conforme dispõe o inciso II do art. 170-A do RICMS-BA/99, a responsabilidade pela emissão do MDF-e é do Contribuinte emitente da Nota Fiscal Eletrônica, quando o transporte for realizado em veículos próprios, arrendados ou mediante contratação de transportador autônomo de cargas, o que restou evidenciado não ter ocorrido no presente caso. Pelo que, entendo descabida a exigência constante neste lançamento.

Nos termos expendidos, voto pela IMPROCEDÊNCIA da Notificação Fiscal.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 6ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE**, em instância ÚNICA, a Notificação Fiscal nº **178891.0132/21-0**, lavrada contra **RP MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA**.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 28 de março de 2022

JOSÉ CARLOS COUTINHO RICCIO- PRESIDENTE/JULGADOR

EDUARDO VELOSO DOS REIS – RELATOR